

TEORIA DO ESPELHAMENTO CONTÍNUO: A PERCEPÇÃO DO OUTRO COMO PROJEÇÃO RECURSIVA DA AUTOIMAGEM

CONTINUOUS MIRRORING THEORY: THE PERCEPTION OF OTHERS AS A RECURSIVE PROJECTION OF SELF-IMAGE

TEORÍA DEL ESPEJAMIENTO CONTINUO: LA PERCEPCIÓN DEL OTRO COMO PROYECCIÓN RECURSIVA DE LA AUTOIMAGEN

Glaucius Vitoriano Fernandes¹

RESUMO: O presente artigo propõe a Teoria do Espelhamento Contínuo, um modelo teórico segundo o qual toda percepção do outro é estruturalmente mediada por camadas sucessivas da autoimagem do sujeito perceptor. Trata-se de um ensaio teórico-conceitual, fundamentado em revisão narrativa da literatura sobre a metáfora do espelho, a projeção e a percepção interpessoal. Partindo do diálogo com o estádio do espelho de Jacques Lacan (1998 [1949]), o eu-espelho de Charles Horton Cooley (1902) e a função de espelhamento na psicologia do self de Heinz Kohut (1971), o artigo argumenta que essas formulações descrevem momentos ou funções específicas do espelhamento, mas não uma lei geral de percepção válida para toda a experiência relacional. A Teoria do Espelhamento Contínuo propõe cinco princípios — nomeados reflexos — que descrevem, respectivamente, a experiência como espelho de si, a crença como filtro perceptivo, o hiato estrutural entre autoimagem e heteroimagem, a projeção especular como mecanismo geral de percepção do outro e o espelhamento infinito como estrutura recursiva sem imagem originária. O artigo discute ainda as implicações do modelo para a escuta clínica em psicologia, argumentando que reconhecer o caráter especular da percepção interpessoal amplia a compreensão do terapeuta sobre fenômenos como projeção, transferência e resistência. Conclui-se que a Teoria do Espelhamento Contínuo oferece uma ferramenta conceitual original para pensar a relação entre autoconhecimento, percepção do outro e prática clínica.

1

Palavras-chave: Teoria do Espelhamento Contínuo. Percepção especular. Autoimagem. Projeção. Prática clínica.

ABSTRACT: This article proposes the Continuous Mirroring Theory, a theoretical model according to which all perception of others is structurally mediated by successive layers of the perceiving subject's self-image. Engaging with Jacques Lacan's mirror stage (1998 [1949]), Charles Horton Cooley's looking-glass self (1902), and the mirroring function within Heinz Kohut's self psychology (1971), the article argues that these formulations describe specific moments or functions of mirroring, but not a general law of perception valid for all relational experience. The Continuous Mirroring Theory proposes five principles — termed reflections — describing, respectively, experience as a mirror of the self, belief as a perceptual filter, the structural gap between self-image and other-image, specular projection as a general mechanism for perceiving others, and infinite mirroring as a recursive structure without an original image. The article further discusses the model's implications for clinical listening in psychology, arguing that recognizing the specular character of interpersonal perception broadens the therapist's understanding of phenomena such as projection, transference, and resistance. It concludes that the Continuous Mirroring Theory offers an original conceptual tool for thinking through the relationship between self-knowledge, perception of others, and clinical practice.

Keywords: Continuous Mirroring Theory. Specular perception. Self-image. Projection. Clinical practice.

¹Estudante do curso de Psicologia na Uniensino, Instituto de Ensino Superior Anchieta UniEnsino, Pesquisador.

I INTRODUÇÃO

Poucas metáforas atravessaram a história da psicologia com tanta persistência quanto a do espelho. Do estádio do espelho lacaniano ao eu-espelho de Cooley, passando pela função de espelhamento descrita por Kohut, a imagem refletida tem servido, repetidamente, para pensar como o sujeito se constitui em relação ao outro. E, no entanto, essas formulações — apesar de decisivas para a psicologia contemporânea — descrevem episódios específicos: um momento fundador na infância, uma inferência sobre o julgamento alheio, uma função relacional oferecida pelo terapeuta. Nenhuma delas propõe o espelhamento como estrutura permanente e recursiva de toda percepção interpessoal.

Este artigo propõe a Teoria do Espelhamento Contínuo² como resposta a essa lacuna. A tese central é que a percepção do outro nunca é uma captação direta: é sempre a leitura de um fragmento da própria autoimagem, projetado e refratado através de camadas sucessivas de espelhos que o sujeito acumulou sobre si ao longo da vida. Diferentemente da projeção pontual descrita pela psicanálise clássica — mobilizada em episódios específicos, geralmente ligados a conteúdos recalçados —, a Teoria do Espelhamento Contínuo propõe que esse mecanismo é estrutural e contínuo: opera em toda percepção do outro, e não apenas nos casos clinicamente notáveis.

2

O artigo está organizado em sete seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta a metodologia adotada na construção do argumento teórico. A terceira revisa a tradição do espelho na psicologia e na psicanálise, situando o ponto de partida teórico deste trabalho. A quarta apresenta o enunciado central da Teoria do Espelhamento Contínuo. A quinta desenvolve os cinco princípios que estruturam o modelo — os cinco reflexos — em diálogo com literatura complementar sobre projeção, percepção social e autoimagem. A sexta seção discute o que diferencia esta proposta das formulações correlatas. A sétima seção explora as implicações clínicas do modelo, tratadas como hipóteses teóricas e não como resultados empiricamente validados. Por fim, as considerações finais situam os limites da proposta e apontam caminhos para seu desenvolvimento futuro.

²A Teoria do Espelhamento Contínuo, tal como proposta neste artigo, constitui elaboração teórica original do autor, desenvolvida a partir da reflexão clínica e teórica sobre a percepção interpessoal. Não se confunde com usos anteriores do termo “espelhamento” em outras tradições (Kohut, 1971; estudos sobre neurônios-espelho), das quais se distingue por propor uma lei geral de percepção, e não uma função relacional específica ou um mecanismo neurofisiológico.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho tem natureza de ensaio teórico-conceitual, de caráter argumentativo e não empírico. Seu objetivo não é testar hipóteses por meio de coleta e análise de dados originais, mas propor e fundamentar um modelo teórico original — a Teoria do Espelhamento Contínuo — a partir da articulação crítica de formulações já consolidadas na psicologia, na psicanálise e na psicologia social sobre a metáfora do espelho, a percepção interpessoal e os mecanismos de projeção.

A construção do argumento seguiu um percurso de revisão narrativa e seleção intencional — não sistemática — de referenciais teóricos, orientada por dois critérios complementares. O primeiro foi a centralidade histórica: priorizaram-se autores cuja obra emprega explicitamente a metáfora do espelho para descrever a relação entre o sujeito e o outro — Jacques Lacan (1998 [1949]), Donald W. Winnicott (1971 [1967]), Charles Horton Cooley (1902) e Heinz Kohut (1971) —, por constituírem os pontos de referência canônicos dessa tradição em psicologia e psicanálise. O segundo critério foi a pertinência conceitual: foram incorporados autores que, sem empregar a metáfora do espelho, tratam diretamente dos mecanismos que a Teoria do Espelhamento Contínuo busca generalizar — a projeção (Freud, 1996 [1913]; Klein, 1946; Ogden, 1979), a filtragem perceptiva por crenças pré-existentes (Heider, 1958; Kunda, 1990) e a construção social da autoimagem (Mead, 1934; Festinger, 1954; Goffman, 1959).

3

A seleção das obras não seguiu protocolo de revisão sistemática — sem bases de dados, descritores ou recorte temporal predefinidos —, por se tratar de um estudo teórico-conceitual, e não de uma revisão de literatura empírica; a escolha dos referenciais foi orientada pela relevância teórica de cada obra para a construção dos cinco princípios propostos (os “reflexos”), e não pela exaustividade da cobertura bibliográfica sobre o tema. Essa opção metodológica é consistente com a natureza do artigo, mas constitui também um limite reconhecido do estudo, retomado nas considerações finais.

O procedimento de análise consistiu em, para cada referencial selecionado: (i) identificar o mecanismo específico de espelhamento, projeção ou percepção interpessoal por ele descrito; (ii) situar esse mecanismo quanto ao seu escopo (pontual ou estrutural), direção (do sujeito para o outro ou do outro para o sujeito) e domínio de aplicação (universal, social, terapêutico ou defensivo); e (iii) comparar esse mecanismo com os cinco reflexos propostos, de modo a evidenciar tanto as continuidades quanto as diferenças entre a Teoria do Espelhamento

Contínuo e a literatura precedente. Esse procedimento fundamenta diretamente a quinta e a sexta seções deste artigo.

3 FUNDAMENTOS: A TRADIÇÃO DO ESPELHO NA PSICOLOGIA E NA PSICANÁLISE

Jacques Lacan (1998 [1949]) descreve o estágio do espelho como o momento, situado entre os seis e os dezoito meses de vida, em que a criança se identifica com sua própria imagem refletida — no espelho literal ou na imagem de outra pessoa — e, a partir dessa identificação, constrói uma primeira noção de unidade corporal e de si mesma. Para Lacan, essa identificação é ao mesmo tempo estruturante e alienante: a imagem no espelho antecipa uma unidade que o corpo, na experiência vivida, ainda não possui — o eu se constitui, desde o início, a partir de uma imagem que lhe é externa e idealizada. O estágio do espelho é, portanto, um evento fundador, localizado num momento específico do desenvolvimento infantil.

Numa direção complementar à de Lacan, Donald W. Winnicott (1971 [1967]) descreve o rosto da mãe como o primeiro espelho psíquico do bebê: ao olhar para o rosto da mãe, o bebê não veria propriamente a mãe, mas uma versão de si mesmo, refletida no modo como ela reage à sua presença. Quando esse espelhamento falha — quando o rosto da mãe reflete o próprio estado emocional dela, e não o do bebê —, Winnicott descreve consequências duradouras para a capacidade do sujeito de reconhecer a si mesmo através do outro. Assim como em Lacan, trata-se de uma função localizada num período específico do desenvolvimento; distingue-se, porém, por descrever não uma identificação com uma imagem visual unificada, mas um espelhamento afetivo, veiculado pela expressão facial e pela responsividade do cuidador.

Charles Horton Cooley (1902) desloca a metáfora do espelho para o terreno social. Segundo o eu-espelho (*looking-glass self*), o sujeito não conhece a si mesmo diretamente, mas constrói sua autoimagem a partir de três elementos: a imaginação de como aparece aos outros, a imaginação do julgamento que os outros fazem dessa aparência e um sentimento resultante — orgulho ou vergonha — em relação a esse julgamento imaginado. Nessa formulação, os outros funcionam como espelhos sociais que devolvem ao sujeito uma imagem de si. O movimento descrito por Cooley, no entanto, vai do sujeito para o outro e de volta ao sujeito: é uma teoria sobre como nos conhecemos através da imagem que supomos que os outros têm de nós, e não sobre como percebemos os outros.

Heinz Kohut (1971), na psicologia do self, atribui ao espelhamento uma função relacional específica: a de reconhecimento empático que um cuidador — e, na situação clínica, o terapeuta — oferece ao self em formação ou em reparação. O espelhamento kohutiano é terapêutico por definição: é uma função que precisa ser oferecida, e cuja ausência na infância produz falhas estruturais no self. Diferentemente do estádio do espelho de Lacan, que descreve um momento universal do desenvolvimento, o espelhamento em Kohut é uma função relacional contingente, que pode estar presente ou ausente ao longo da vida do sujeito.

Por fim, a psicanálise clássica descreve, desde Freud (1996 [1913]), o mecanismo de projeção: a atribuição ao outro de conteúdos psíquicos — desejos, impulsos, traços — que o sujeito não reconhece ou não tolera em si mesmo. A projeção, nessa tradição, é geralmente descrita como um mecanismo de defesa pontual, mobilizado diante de conteúdos específicos e conflituosos, e não como característica estrutural de toda percepção do outro.

O que essas cinco formulações têm em comum é que cada uma descreve um momento, uma função ou um mecanismo específico do espelhamento — fundador, afetivo, social, terapêutico ou defensivo —, mas nenhuma propõe que o espelhamento seja a estrutura permanente de toda percepção interpessoal, operando continuamente e em camadas recursivas. É essa lacuna que a Teoria do Espelhamento Contínuo busca preencher.

4 A TEORIA DO ESPELHAMENTO CONTÍNUO: ENUNCIADO CENTRAL

A Teoria do Espelhamento Contínuo parte da premissa de que nenhuma experiência humana é captada em estado puro. Cada etapa, cada vínculo, cada aprendizado funciona como uma superfície reflexiva na qual o sujeito não encontra o mundo em si, mas a imagem que já carrega de si mesmo, projetada sobre aquilo que observa. Segue-se que não existe percepção neutra do outro: existe percepção mediada por camadas sucessivas de autoimagem, cada uma refletindo a anterior, numa cadeia que se estende, em princípio, ao infinito.

O modelo distingue três planos, estruturalmente desalinhados entre si: (i) a imagem que o sujeito tem de si mesmo — a autoimagem consciente, construída ao longo da vida; (ii) a imagem que os outros formam do sujeito — invisível a ele, e apenas indiretamente inferível; e (iii) a imagem que o sujeito forma dos outros, tratada pela teoria não como uma captação direta do plano (ii) de outra pessoa, mas como um fragmento reorganizado do plano (i). É este terceiro plano — e sua relação com o primeiro — que constitui o núcleo específico da contribuição teórica proposta neste artigo.

5 OS CINCO REFLEXOS: A ESTRUTURA DO MODELO

A Teoria do Espelhamento Contínuo se articula em cinco princípios, apresentados a seguir como reflexos — termo que designa tanto o conteúdo de cada princípio quanto sua posição numa cadeia recursiva, em que cada reflexo já pressupõe o anterior.

5.1 Primeiro reflexo: o espelho da experiência

Cada etapa da vida devolve ao sujeito uma imagem de si mesmo. Uma experiência não é apenas um evento externo: é uma ocasião em que o sujeito se reconhece, se confirma ou se reorganiza a partir do que viveu. Aprender não é apenas adquirir conteúdo — é ver, refletida na experiência, uma versão de quem se está sendo. Nesse sentido, toda trajetória biográfica pode ser lida como uma sucessão de espelhos: cada etapa devolve ao sujeito não os fatos em si, mas uma imagem de si mesmo atravessando esses fatos.

Essa leitura aproxima-se, em parte, da noção de self como produto da experiência social proposta por George Herbert Mead (1934): também para Mead, o sujeito não nasce com um self dado, mas o constrói progressivamente a partir da internalização de suas experiências relacionais. Diferentemente de Mead, porém, o primeiro reflexo não distingue entre experiências sociais e não sociais: qualquer experiência, relacional ou não, é tratada como ocasião de espelhamento.

6

5.2 Segundo reflexo: a crença como filtro

O que acontece quando o sujeito vê uma imagem não é o que os outros veem, e sim o que ele acredita estar vendo. Duas pessoas diante do mesmo fato refletem coisas diferentes, porque cada uma filtra o que observa pelas próprias crenças, antes mesmo de olhar. A percepção nunca é uma cópia fiel do que está diante do sujeito; é sempre uma leitura feita através de um filtro já formado — e é esse filtro, mais do que o evento observado, que determina o conteúdo da percepção.

Essa formulação encontra apoio em duas tradições distintas da psicologia social. Fritz Heider (1958) já havia demonstrado que a percepção do comportamento alheio é sistematicamente organizada por esquemas atribucionais do próprio observador, e não por um registro neutro do comportamento observado. De modo mais direto, Ziva Kunda (1990) mostrou que crenças e motivações prévias influenciam não apenas a interpretação, mas os próprios processos de busca, construção e avaliação da informação disponível — o que a autora

denomina raciocínio motivado. O segundo reflexo generaliza essas observações: propõe que todo ato perceptivo, e não apenas o julgamento atribucional ou o raciocínio deliberado, está sujeito a esse tipo de filtragem prévia.

5.3 Terceiro reflexo: o hiato entre as imagens

A imagem que os outros têm de um sujeito não é a imagem que esse sujeito vê de si mesmo. Existe uma distância estrutural, e não apenas ocasional, entre como o sujeito se percebe e como é percebido — uma distância que nunca se fecha por completo, porque o sujeito não tem acesso direto ao reflexo que habita a mente do outro. Só pode inferi-lo, nunca vê-lo diretamente. Esse hiato é o que torna necessário, e ao mesmo tempo estruturalmente limitado, todo esforço de leitura do que o outro pensa a nosso respeito.

Erving Goffman (1959) oferece uma chave complementar para esse hiato: ao descrever a vida social como uma sucessão de representações nas quais o sujeito administra estrategicamente a impressão que produz nos outros, Goffman evidencia que o próprio sujeito nunca tem acesso direto ao que essa representação efetivamente produziu na mente de quem a recebeu. O terceiro reflexo estende essa observação: o hiato não decorre apenas da administração estratégica da própria imagem, mas de um limite estrutural do conhecimento intersubjetivo, presente mesmo quando não há intenção alguma de gerenciar impressões.

7

5.4 Quarto reflexo: a projeção especular

A imagem que o sujeito forma dos outros é fragmento da sua própria imagem, na percepção de suas ilimitadas versões espelhadas. Este é o núcleo da teoria: perceber o outro não é captá-lo diretamente, é reconhecer nele fragmentos da própria autoimagem, refratados através das camadas de espelhos que o sujeito já acumulou sobre si. O que se admira, o que incomoda, o que se teme no outro — tudo isso já estava, de alguma forma, dentro de quem observa. Diferentemente da projeção psicanalítica clássica, que é episódica e ligada a conteúdos recalçados, este quarto reflexo é proposto como mecanismo geral, ativo em toda percepção interpessoal, e não apenas em episódios clinicamente notáveis.

A psicanálise pós-freudiana já havia ampliado o alcance do conceito clássico de projeção. Melanie Klein (1946) descreve a identificação projetiva como um mecanismo pelo qual o sujeito não apenas atribui ao outro conteúdos psíquicos indesejados, mas efetivamente organiza sua relação com o outro em torno dessa atribuição, tornando a fronteira entre self e objeto mais

fluida do que na projeção freudiana clássica. Thomas Ogden (1979) sistematiza esse mecanismo como uma função relacional contínua, e não apenas defensiva, presente em graus variados em toda relação interpessoal significativa — incluindo a relação terapêutica. O quarto reflexo dialoga diretamente com essa ampliação: aproxima-se de Klein e Ogden ao tratar o mecanismo especular como estruturalmente presente, e não apenas defensivo; diferencia-se deles, porém, ao propor que esse mecanismo não se restringe a relações significativas ou a conteúdos psíquicos conflituosos, mas opera em qualquer ato de percepção do outro, inclusive os mais triviais.

5.5 Quinto reflexo: o espelhamento infinito

Cada reflexo já é, ele mesmo, o reflexo de um reflexo anterior. Como dois espelhos postos um diante do outro, não existe uma imagem original, não mediada, no fundo da cadeia — apenas camadas que recuam sem fim, cada uma remetendo à anterior. Conhecer-se e conhecer o outro é, nesse sentido, um movimento contínuo dentro de um corredor de espelhos, nunca um ponto final de chegada. Este quinto reflexo tem uma função lógica específica no modelo: impede que os quatro reflexos anteriores sejam lidos como uma sequência linear com um ponto de origem fixo — a autoimagem que serve de filtro para os outros reflexos é, ela própria, produto de espelhamentos anteriores.

8

Esse tipo de estrutura recursiva tem um exemplo visual consagrado, conhecido como efeito Droste. A designação deriva de uma lata de cacau da marca holandesa Droste, criada em 1904 pelo artista comercial Jan Misset: a embalagem mostra uma enfermeira segurando uma bandeja com uma xícara de chocolate quente e a própria lata de cacau, que por sua vez estampa a mesma cena, reduzida, ao infinito (De Smit; Lenstra, 2003). O efeito Droste tornou-se, desde então, uma referência corrente para qualquer imagem que contenha uma versão reduzida de si mesma — uma imagem sem exterior, que se explica inteiramente por referência a si própria.

O paralelo com o quinto reflexo é direto: assim como não há, na lata de cacau, uma “primeira” enfermeira não reproduzida em miniatura sobre a própria bandeja, também não há, na cadeia de espelhamentos aqui descrita, uma autoimagem original e não mediada da qual as demais derivariam. De Smit e Lenstra (2003) formalizaram matematicamente um caso correlato ao estudar a litografia *Print Gallery* (1956), de M. C. Escher, na qual a mesma estrutura de imagem dentro de imagem aparece distorcida por uma torção espiral — e na qual o próprio Escher deixou em branco o centro da composição, exatamente o ponto em que a recursão deveria alcançar sua origem. Essa lacuna central, que gerações de matemáticos tentaram preencher,

ilustra com precisão o que a Teoria do Espelhamento Contínuo propõe para a percepção interpessoal: a cadeia de reflexos é perfeitamente coerente em cada um de seus elos, mas não converge para um ponto de origem visível ou acessível.

6 O QUE DIFERE: ESPELHAMENTO COMO SISTEMA ESTRUTURAL E RECURSIVO

A Teoria do Espelhamento Contínuo não nasce isolada: ela dialoga com as formulações revisadas na terceira seção, sem se confundir integralmente com nenhuma delas. Em relação ao estádio do espelho de Lacan (1998 [1949]), a diferença é temporal e estrutural: Lacan descreve um momento fundador da infância, cujos efeitos permanecem, mas cuja ocorrência é pontual; a Teoria do Espelhamento Contínuo propõe um mecanismo contínuo, ativo em toda percepção, ao longo de toda a vida do sujeito.

Em relação ao espelho materno de Winnicott (1971 [1967]), a diferença é também de escopo, mas por uma via distinta da de Kohut: Winnicott descreve uma função afetiva, não visual, situada na relação precoce entre bebê e cuidador, cuja falha tem consequências no desenvolvimento posterior do self. A Teoria do Espelhamento Contínuo não trata de uma função de cuidado nem de um período específico do desenvolvimento, mas de um mecanismo perceptivo geral, que continua operando na vida adulta e em qualquer relação, de cuidado ou não.

9

Em relação ao eu-espelho de Cooley (1902), a diferença é de direção: Cooley descreve como o sujeito constrói sua autoimagem a partir do que imagina que os outros pensam dele — um movimento que vai do outro para o self. A Teoria do Espelhamento Contínuo inverte essa direção: descreve como aquilo que o sujeito percebe nos outros é, estruturalmente, projeção de sua própria autoimagem — um movimento que vai do self para o outro.

Em relação ao espelhamento kohutiano (Kohut, 1971), a diferença é de escopo: Kohut trata o espelhamento como uma função relacional específica, oferecida ou negada por um cuidador ou terapeuta em contextos determinados. A Teoria do Espelhamento Contínuo propõe uma lei geral de percepção, não restrita ao vínculo terapêutico ou de cuidado, mas válida para qualquer relação interpessoal.

Em relação à projeção psicanalítica clássica (Freud, 1996 [1913]), a diferença é de generalidade: a projeção freudiana é um mecanismo de defesa mobilizado diante de conteúdos específicos e conflituosos. A Teoria do Espelhamento Contínuo generaliza esse mecanismo para

toda percepção do outro, não apenas para traços recalcados ou rejeitados, e o formaliza como sistema em camadas infinitas — o quinto reflexo —, e não como um evento pontual de defesa psíquica.

Em relação à identificação projetiva de Klein (1946) e Ogden (1979), a diferença é de abrangência: para esses autores, a identificação projetiva opera preferencialmente em relações psiquicamente significativas — na infância, na análise, em vínculos afetivos intensos —, e mantém, ainda que ampliada, uma ligação com conteúdos psíquicos conflituosos. A Teoria do Espelhamento Contínuo remove essa restrição: propõe que o mesmo tipo de mecanismo opera em qualquer percepção do outro, inclusive a mais trivial e desprovida de carga conflitiva aparente.

Em relação às contribuições de Mead (1934), Festinger (1954), Heider (1958), Goffman (1959) e Kunda (1990), a diferença é de direção do argumento. Esses autores documentam, cada um a seu modo, como crenças, atribuições e necessidades de autoimagem influenciam a percepção e a interação social — mas o fazem majoritariamente na direção de como o sujeito conhece e apresenta a si mesmo através do outro (Mead, Festinger, Goffman) ou de como o sujeito interpreta o comportamento do outro (Heider, Kunda). A Teoria do Espelhamento Contínuo integra essas contribuições, mas propõe uma tese adicional que nenhuma delas formula explicitamente: a de que aquilo que resulta desse processo — a imagem que o sujeito forma do outro — é, ela própria, sempre e apenas, fragmento reorganizado da autoimagem do sujeito, e não uma leitura, ainda que distorcida, de quem o outro realmente é.

10

A articulação desses sete contrapontos permite situar a contribuição específica deste artigo: não a descoberta de que os sujeitos se veem nos outros — ideia já presente, sob diferentes formas, em Lacan, Winnicott, Cooley, Kohut, Freud, Klein, Ogden e nos estudos sobre percepção social e autoimagem (Mead, Festinger, Heider, Goffman, Kunda) —, mas a proposição de que esse mecanismo é estrutural, contínuo e recursivo, constituindo uma lei geral da percepção interpessoal, e não um evento, uma função ou um mecanismo de defesa isolado.

7 IMPLICAÇÕES CLÍNICAS

Se a Teoria do Espelhamento Contínuo está correta — e, em particular, se o quarto reflexo descreve um mecanismo estrutural e não apenas episódico —, ela tem consequências diretas para a prática clínica em psicologia.

É importante ressaltar, antes de desenvolver essas implicações, que a Teoria do Espelhamento Contínuo é, neste momento, uma proposição teórica, e não uma conclusão empiricamente validada. As implicações discutidas a seguir devem ser lidas como hipóteses de trabalho e ferramentas conceituais à disposição do clínico, e não como resultados clínicos comprovados ou como orientação técnica testada empiricamente. A validação empírica do modelo — por meio de estudos qualitativos, observacionais ou experimentais sobre percepção interpessoal e prática clínica — constitui etapa necessária e ainda não realizada, discutida como direção de pesquisa futura na oitava seção deste artigo.

Em primeiro lugar, o modelo oferece ao clínico uma ferramenta conceitual para nomear reações contratransferenciais e projetivas do paciente em relação a figuras de sua vida — e, eventualmente, ao próprio terapeuta — não como episódios isolados, mas como manifestações de um mecanismo geral de percepção. Isso desloca a pergunta clínica de "por que esta pessoa está projetando neste momento" para "qual fragmento da autoimagem deste paciente este outro está refletindo, e por meio de quantas camadas de espelhamento anteriores".

Em segundo lugar, o terceiro reflexo — o hiato entre as imagens — oferece uma chave de leitura para dificuldades relacionais frequentes na clínica: o sofrimento de pacientes que não conseguem acessar como são vistos pelos outros, ou que superestimam sua capacidade de inferir esse julgamento. Reconhecer esse hiato como estrutural, e não como falha pessoal do paciente, pode aliviar uma fonte comum de ansiedade interpessoal.

Em terceiro lugar, o quinto reflexo — o espelhamento infinito — tem implicações para a própria escuta terapêutica. Se não existe uma autoimagem original e não mediada no fundo da cadeia de espelhamentos, o trabalho clínico não pode ter como meta chegar a uma verdade última sobre o paciente, livre de mediação. Pode, em vez disso, ajudar o paciente a reconhecer as camadas de espelhamento que já opera, tornando-as mais conscientes e, na medida do possível, menos automáticas.

Em quarto lugar, o modelo sugere um conjunto de perguntas clínicas úteis para a prática cotidiana: que fragmento do paciente está sendo reconhecido na pessoa que o incomoda ou o atrai; que crença o paciente usa como filtro antes mesmo de interpretar o que aconteceu; em qual camada de espelhamento o paciente está parado — a que aprendeu a esperar, a que foi ensinado a temer, ou a que efetivamente vive hoje. Essas perguntas não substituem o arcabouço teórico da abordagem clínica do terapeuta, mas podem complementá-lo como um recurso adicional de formulação de caso.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo propôs que a tradição psicológica e psicanalítica do espelho — de Lacan a Kohut, passando por Cooley e pela projeção freudiana — descreve momentos, funções ou mecanismos específicos do espelhamento, mas não uma lei geral de percepção interpessoal. Para preencher essa lacuna, propôs-se a Teoria do Espelhamento Contínuo, estruturada em cinco reflexos: o espelho da experiência, a crença como filtro, o hiato entre as imagens, a projeção especular e o espelhamento infinito.

O núcleo da contribuição está no quarto e no quinto reflexos: a proposição de que a percepção do outro é, estruturalmente e não apenas episodicamente, projeção fragmentada da autoimagem do sujeito perceptor, e de que essa autoimagem, por sua vez, não repousa sobre uma imagem original não mediada, mas sobre camadas recursivas de espelhamentos anteriores.

As implicações clínicas discutidas na sétima seção sugerem que o modelo pode oferecer ao terapeuta uma ferramenta adicional de formulação de caso, sobretudo diante de fenômenos como projeção, transferência e dificuldades de leitura do julgamento alheio. Este artigo não pretende esgotar a questão: a Teoria do Espelhamento Contínuo é uma proposição inicial que requer desenvolvimento empírico, refinamento teórico e interlocução com outras tradições — da psicologia social à neurociência da percepção social. Cabe ainda reconhecer, como limite metodológico deste estudo, que a seleção dos referenciais teóricos seguiu critério intencional e não sistemático, o que não exclui a possibilidade de que outras tradições pertinentes, não contempladas neste artigo, possam enriquecer ou desafiar os cinco reflexos aqui propostos. Estudos futuros poderão investigar, por exemplo, se e como os cinco reflexos aqui propostos podem ser operacionalizados para pesquisa empírica em contextos clínicos e não clínicos.

12

REFERÊNCIAS

COOLEY, Charles Horton. *Human Nature and the Social Order*. New York: Charles Scribner's Sons, 1902.

DE SMIT, Bart; LENSTRA JR., Hendrik W. The Mathematical Structure of Escher's Print Gallery. *Notices of the American Mathematical Society*, v. 50, n. 4, p. 446-451, 2003.

FESTINGER, Leon. A Theory of Social Comparison Processes. *Human Relations*, v. 7, n. 2, p. 117-140, 1954.

FREUD, Sigmund. Totem e tabu. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. 13. Rio de Janeiro: Imago, 1996 [1913].

GOFFMAN, Erving. *The Presentation of Self in Everyday Life*. New York: Doubleday, 1959.

HEIDER, Fritz. *The Psychology of Interpersonal Relations*. New York: John Wiley & Sons, 1958.

KLEIN, Melanie. Notes on Some Schizoid Mechanisms. *International Journal of Psychoanalysis*, v. 27, p. 99-110, 1946.

KOHUT, Heinz. *The Analysis of the Self: A Systematic Approach to the Psychoanalytic Treatment of Narcissistic Personality Disorders*. New York: International Universities Press, 1971.

KUNDA, Ziva. The Case for Motivated Reasoning. *Psychological Bulletin*, v. 108, n. 3, p. 480-498, 1990.

LACAN, Jacques. O estágio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998 [1949].

MEAD, George Herbert. *Mind, Self, and Society: From the Standpoint of a Social Behaviorist*. Chicago: University of Chicago Press, 1934.

OGDEN, Thomas H. On Projective Identification. *International Journal of Psychoanalysis*, v. 60, p. 357-373, 1979.

WINNICOTT, Donald W. Mirror-role of Mother and Family in Child Development. In: *Playing and Reality*. London: Tavistock Publications, 1971 [1967]. p. 111-118.